

Novas regras para a modalidade estão valendo a partir desta segunda-feira (21)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estabeleceu novas regras de contratação coletiva do seguro rural para a soja. A [resolução nº 48 do Comitê Interministerial do Seguro Rural \(CGSR\)](#), que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelo Mapa, foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (21).

A contratação coletiva é uma modalidade em que os agricultores podem negociar as taxas de prêmio e as condições das apólices através de entidades representativas de sua escolha. Estas entidades devem organizar os produtores em listas a serem cadastradas no Ministério da Agricultura. As primeiras regras desse tipo de contratação de seguro rural foram editadas em agosto do ano passado.

Nessa segunda edição, o governo federal aumentou o valor destinado para as operações coletivas, que contarão com R\$ 32 milhões – na edição passada, foram previstos R\$ 30 milhões. O atual volume de recursos poderá atender até 40 listas de beneficiários. Antes, o limite era de apenas seis listas.

Houve mudança no valor máximo por lista de produtores, que agora é de R\$ 800 mil, com exigência de no mínimo 200 produtores ou 20 mil hectares para cada lista. Já no modelo anterior de contratação, o limite máximo de subvenção era de R\$ 2,5 milhões por lista, com ao menos 500 produtores ou 50 mil hectares em cada.

Quais são os procedimentos previstos para as entidades?

1. Envio do Requerimento de Identificação da Entidade e das Listas (RIEL) assinado e digitalizado para o endereço de e-mail: seguro@agricultura.gov.br
2. Acesso ao Formulário de Cadastramento dos Produtores (FCP), pelo link disponibilizado pelo MAPA para cada entidade
3. Preenchimento do FCP no prazo previsto no regulamento, sendo que a entidade poderá realizar alterações/inclusões de fichas de produtores

Taxas melhores

“A negociação coletiva continua sendo atrativa para o produtor, porque aumentamos o número de listas. Além disso, as taxas praticadas e a qualidade dos produtos contratados coletivamente são melhores em relação ao modelo tradicional”, destaca o diretor de Crédito, Recursos e Riscos do Mapa, Vitor Ozaki. Ele lembra que quanto maior o número de sojicultores - ou quanto maior o somatório da área de determinada lista -, maior a possibilidade dessa lista ser classificada e de se assegurar a subvenção aos produtores.

Para participar do processo, o agricultor não poderá estar em mais de uma lista, lembra Ozaki. “Também há a possibilidade de agrupamento entre entidades pequenas para atingir o número mínimo de produtores ou área determinada para as listas. Além disso, uma entidade pode encaminhar ao Mapa quantas listas quiser.”

Os produtores que já contrataram o seguro rural também podem participar de uma lista e concorrer à subvenção. Segundo Ozaki, os agricultores que eventualmente não forem contemplados poderão tentar o acesso à subvenção pelo modelo tradicional. O processo de cadastramento, iniciado agora, deve ir até o final de maio.

O Diário Oficial da União também publicou a [resolução nº 49 do CGSR](#), que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) nos casos de devolução da subvenção federal, provenientes de cancelamentos ou alterações nas apólices contratadas.

O texto determina que quaisquer valores que venham a ser devolvidos ao segurado – por recebimento indevido, recebimento maior, cancelamento da apólice, redução da cobertura ou por qualquer outro motivo – devem ter o percentual correspondente à subvenção recolhido à União.

Fonte: [Mapa](#), em 21.03.2016.